

Manifesto por uma Arte Revolucionária Independente

Artigo de Michael Löwy.

Há 80 anos, André Breton encontrou Leão Trotski no México, onde redigiram juntos o Manifesto por uma Arte Revolucionária Independente

Há 80 anos, durante o verão de 1938, a águia e o leão encontraram-se no México, aos pés do vulcão Popocatepetl e Ixtacciuatl. Um encontro surpreendente, entre personalidades aparentemente situadas nos antípodas: um herdeiro revolucionário das Luzes, o outro instalado na cauda do cometa romântico; um fundador do Exército Vermelho, o outro iniciador da aventura surrealista. A sua relação era bastante desigual: Breton tinha uma enorme admiração pelo revolucionário de Outubro, enquanto Trotski, embora respeitando a coragem e a lucidez do poeta, tinha algumas dificuldades em compreender o surrealismo... Para não falar dos seus gostos literários, que se concentravam nos grandes clássicos realistas do século XIX. E, no entanto, a corrente passou, o russo e o francês encontraram uma linguagem comum: o internacionalismo, a revolução. Desse encontro, do atrito entre estas duas pedras vulcânicas, há uma faísca que ainda brilha: o Manifesto para uma Arte Revolucionária Independente. Um documento comunista libertário, antifascista e alérgico ao estalinismo, que proclama a vocação revolucionária da arte e a sua necessária independência em relação aos Estados e aos aparelhos políticos.

A ideia do documento veio de Leão Trotski, imediatamente acolhida por André Breton. Foi redigido a quatro mãos, após longas conversas, discussões, partilhas e, sem dúvida, alguns desacordos, e assinado por André Breton e Diego Rivera, o grande pintor muralista mexicano, na época fervoroso partidário de Trotski (vão

afastar-se pouco depois). Essa pequena mentira deveu-se à crença do velho bolchevique de que um Manifesto sobre arte deveria ser assinado apenas por artistas. O texto tinha um forte tom libertário, particularmente na forma proposta por Trostki, proclamando que, numa sociedade revolucionária, o regime dos artistas deveria ser “anarquista”, isto é, fundado na liberdade ilimitada. O documento afirma o destino revolucionário da arte autêntica, isto é, aquele que «dá voz aos poderes do mundo interior» contra «a realidade presente, insuportável». Foi Breton ou Trotski quem formulou esta ideia, sem dúvida assente no repertório freudiano? Pouco importa, já que os dois revolucionários, o poeta e o combatente, conseguiram pôr-se de acordo sobre o mesmo texto.

80 anos depois, o Manifesto mantém uma espantosa atualidade, mas padece de certas limitações, devido à conjuntura histórica da sua redação. Por exemplo, os autores denunciam com bastante acuidade os entraves à liberdade dos artistas impostos pelos Estados, nomeadamente (mas não só) os totalitários. Mas, curiosamente, falta-lhe uma discussão, e uma crítica, aos entraves que resultam do mercado capitalista e do fetichismo da mercadoria... O Manifesto termina com um apelo à criação de um amplo movimento, que incluía todas as pessoas que se reconhecem no espírito geral do documento. Num tal movimento, escrevem Breton e Trotski, os marxistas podem andar de mão dada com os anarquistas, «com a condição que ambos rompam implacavelmente com o espírito policial reacionário, seja ele personificado por José Estaline ou pelo seu vassalo García Oliver». Este apelo à unidade entre marxistas e anarquistas é um dos aspetos mais interessantes do documento e um dos mais atuais, 80 anos mais tarde.

Entre parênteses: a denúncia de Estaline - «o inimigo mais pérfido e perigoso» do comunismo - era indispensável, mas era necessário tratar García Oliver, companheiro de Durruti, dirigente da CNT-FAI, ex-ministro (demissionário em 1937) do primeiro governo da Frente Popular (Largo Caballero) como seu «vassalo»? Reconhecidamente, o seu papel em maio de 1937, durante os combates entre estalinistas e anarquistas (apoiados pelo POUM), impondo uma trégua entre os dois campos, foi negativo. Mas isso não faz dele um seguidor do Bonaparte soviético.

Pouco depois foi fundada a FIARI, Federação Internacional para a Arte Revolucionária Independente, que conseguiu juntar não apenas os partidários de Trotski e os amigos de Breton, mas também anarquistas e escritores e artistas independentes. A Federação tinha uma publicação, a revista Clé, cujo editor era Maurice Nadeau, na época um jovem militante trotskista com muito interesse pelo surrealismo (viria a ser, em 1946, o autor da primeira História do Surrealismo). O diretor era Léo Malet e o comité nacional era composto por Yves Allégret, André Breton, Michel Collinet, Jean Giono, Maurice Heine, Pierre Mabille, Marcel Martinet, André Masson, Henry Poulaille, Gérard Rosenthal, Maurice Wullens. Entre os participantes encontramos: Yves Allégret, Gaston Bachelard, André Breton, Jean Giono, Maurice Heine, Georges Henein, Michel Leiris, Pierre Mabille, Roger Martin du Gard, André Masson, Albert Paraz, Henri Pastoureau, Benjamin Péret, Herbert Read, Diego Rivera, Leão Trotski... Estes dão uma ideia da capacidade da FIARI de associar personalidades políticas, culturais e artísticas bastante diversas.

A revista Clé só teve duas edições, em janeiro de 1939 (número 1) e em fevereiro de 1939 (número 2).

A FIARI foi uma bela experiência “marxista libertária”, mas de curta duração: em setembro de 1939, o início da II Guerra Mundial pôs fim, de facto, à Federação.

Post-Scriptum: em 1965, Michel Lequenne, na época um dos dirigentes do PCI, Partido Comunista Internacionalista, propôs ao Grupo Surrealista uma refundação da FIARI. Parece que a ideia não desagradou a André Breton, mas foi finalmente rejeitada por uma declaração coletiva, datada de 19 de abril de 1966, que foi assinada, em nome do Movimento Surrealista, por Philippe Audoin, Vincent Bounoure, André Breton, Gérard Legrand, José Pierre, Jean Schuster.

O Manifesto pode ser lido em: <http://www.andrebretton.fr/work/56600100358020>